

FACULDADE DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I**

2.º Ano – Turma B

Frequência – Coincidência (21 de Janeiro de 2009)

Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

---

**Tópicos de correcção**

**I**

1. Artigo 27.º da Carta das Nações Unidas – relevância da distinção entre questões de procedimento e questões substantivas. A decisão sobre a natureza da questão é tomada por deliberação qualificada, com direito a veto, seguindo-se a decisão sobre a questão em análise, igualmente por deliberação qualificada com direito a veto. Sem duplo veto não há veto.

2. Pode. Um protocolo é, nos termos da Convenção de Viena [v. artigo 2.º, n.º 1, al. a)] e da Constituição Portuguesa, uma convenção internacional. A sua sujeição a referendo não depende da designação ou da forma, mas da observância dos requisitos previstos no artigo 115.º da Constituição, em especial o seu n.º 5.

3. A assinatura de convenções internacionais compete exclusivamente ao Governo [v. artigo 197.º, al. b) da Constituição Portuguesa], após aprovação expressa em Conselho de Ministros. Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/88, a Ministra da Saúde poderia ter sido autorizada pelo Conselho de Ministros ou pelo Primeiro Ministro a apor a assinatura na convenção internacional. No caso concreto, não se trataria, contudo, de um

convénio regulado pelo DIP, porque a organização *Médicos Sem Fronteiras* tem a natureza de ONG e carece de personalidade jurídica internacional.

## II

- 10 de Dezembro de 1948 – A. G. das Nações Unidas

- Direitos civis e políticos; referência a certos direitos sociais (v.g. artigos 23.º, 24.º e 25.º) e culturais (v. artigo 27.º)

- Resolução da A. G. das Nações Unidas; natureza consuetudinária e cogente no plano universal

- instrumento normativo e político de magna importância sobre o qual assenta um alargado conjunto de convenções internacionais sobre protecção dos direitos do homem, de âmbito universal (v.g. Pactos de 1966) e regional (v.g. CEDH), de âmbito geral ou específico.

- v. artigo 16.º, n.º 2, Constituição Portuguesa: relevância supraconstitucional por via de interpretação conforme.